

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL –
modalidade à distância**

Alexandre Luiz Klauck

**O PRONAF E O ACESSO DA AGRICULTURA FAMILIAR AO
PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ**

Porto Alegre

2015

Alexandre Luiz Klauck

**O PRONAF E O ACESSO DA AGRICULTURA FAMILIAR AO
PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal-modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ribeiro
de Macedo

**Porto Alegre
2015**

Alexandre Luiz Klauck

**O PRONAF E O ACESSO DA AGRICULTURA FAMILIAR AO
PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 27 de Junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Aline Louise Kerch

Prof. Eber Pires Marzullo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a todas as pessoas que fazem parte da minha vida, que sabem das dificuldades enfrentadas, perseverança e dedicação nos estudos. Agradeço a Deus e a todos os meus familiares que me apoiam ao longo dessa jornada.

Agradeço a todas as pessoas envolvidas com o Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – UFRGS. Este curso, de alta qualidade e exigência, foi muito importante para mim, pois além de ser acadêmico de uma universidade reconhecida e respeitada internacionalmente, pude aprender muito sobre a atividade pública municipal.

Agradeço à Administração Pública Municipal de Picada Café e a todas as pessoas pela concessão de informações e dados durante os trabalhos realizados ao longo do curso.

Agradeço ao Extensionista Rural da EMATER de Picada Café, Rafael Hoss, pela concessão de dados e informações para este trabalho e aos agricultores familiares que participaram das entrevistas deste trabalho.

Agradeço ao Professor Orientador, Guilherme Ribeiro de Macedo, a tutora à distância, Patrícia Tometich, e aos demais tutores à distância e professores deste curso que foram pessoas muito importantes em cada etapa do curso.

*“Se a educação sozinha não
transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda”.*

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo aborda o acesso pelos agricultores familiares de Picada Café ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a forma como a agricultura familiar se estruturou com os incentivos dessa política pública. Assim, serão apresentados os dados do PRONAF em Picada Café entre os anos de 2009 e 2014. A metodologia usada constitui-se de um levantamento de dados bibliográficos e aplicação de entrevistas semiestruturadas à agricultores familiares de Picada Café e ao extensionista rural da empresa de assistência técnica no município, com enfoque na relação entre a agricultura familiar e o PRONAF no município. Dados apresentados em tabelas caracterizam a agricultura familiar e o PRONAF, além de caracterizar a situação da agricultura familiar no município de Picada Café. Ademais, as descrições apresentadas através da análise dos resultados foram satisfatórias, pois o PRONAF conseguiu estruturar, fortalecer e manter muitas famílias na atividade agrícola.

Palavras-chave: Política pública; PRONAF; Agricultura familiar.

ABSTRACT

This study addresses the access of farmers of Picada Café at the National Program to Strengthen Family Agriculture (PRONAF) and how the family farm was structured with incentives this public policy. So, we will present the PRONAF data in Picada Café between the years 2009 and 2014. The methodology used consisted of a survey of bibliographic data and application of semi-structured interviews with farmers the Picada Café and rural extension of the service company in the city, focusing on the relationship between family farming and the PRONAF in the city. Data presented in tables featuring the family farms and the PRONAF, besides characterizing the situation of family agriculture in the municipality called Picada Café. In addition, the descriptions given by analyzing the results were satisfactory, as the PRONAF managed structure, strengthen and keep many families in agriculture.

Keywords: Public Policy; PRONAF; Family Farms.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BACEN – Banco Central do Brasil

CMN – Conselho Monetário Nacional

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

SFN - Sistema Financeiro Nacional

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização geográfica de Picada Café no RS.....	15
Figura 2 – Mapa político de Picada Café – 1991.....	16
Figura 3 – Evolução do PRONAF no Brasil/ 2002 – 2015.....	19
Quadro 1 - Mudanças no PRONAF ao longo dos anos.....	20
Figura 4 – Distribuição do valor total dos financiamentos do PRONAF por grandes regiões 1999 – 2012.....	21

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Características da agricultura familiar.....	24
TABELA 2 – Características da agricultura patronal.....	24
TABELA 3 – Estrutura fundiária e caracterização das propriedades rurais de Picada Café.....	29
TABELA 4 – PRONAF Investimento em Picada Café (2009 – 2014).....	31
TABELA 5 - PRONAF Custeio em Picada Café (2009 – 2014).....	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ.....	13
2.1 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PRONAF.....	16
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR.....	22
2.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1 – COLETA DE DADOS – AS ENTREVISTAS	28
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	30
4.1 – OS RESULTADOS.....	30
4.2 – AS ENTREVISTAS.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
7 APÊNDICE	43
APÊNDICE A - LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF (PLANO SAFRA 2014/2015)	43
APÊNDICE B – ROTEIROS DE PERGUNTAS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	48

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve, como tema geral de estudo, o acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no município de Picada Café, no Rio Grande do Sul. A agricultura de Picada Café é caracterizada pela prática da agricultura familiar e, entre os anos de 2009 e 2014, foi financiado um total de R\$4.483.999,65, para o custeio da produção agrícola e investimento em construções ou em máquinas e implementos agrícolas, totalizando a elaboração de 182 projetos técnicos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (ASCAR, 2014). Diante dessa política pública, insere-se a problemática do impacto do PRONAF na modernização da agricultura familiar de Picada Café, no período de 2009 a 2014.

O setor primário de Picada Café é caracterizado preponderantemente pela prática da agricultura familiar, ou seja, pelos trabalhos agrícolas realizados pelo proprietário e sua família em pequenas propriedades rurais e de euro-descendência alemã. Outra faceta importante na atividade primária do município é o envelhecimento rural e a baixa escolaridade das pessoas. “Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Picada Café (2008), dos seus 439 associados, 95% destes não possuem o nível fundamental completo” (KLAUCK, 2011, p. 54).

A caracterização do trabalho da agricultura familiar é fundamentada na mão-de-obra familiar ou igualmente fornecida pelos membros da família, a gestão da propriedade e os investimentos são feitos pelos indivíduos da família e a propriedade dos meios de produção pertence à família (FIALHO, 2000). Contraditoriamente a esta prática de agricultura, a agricultura industrializada praticase em áreas extensivas de plantação, baseada na agricultura tecnificada para a exportação, utilização extensiva de insumos químicos e máquinas agrícolas, aumento do grau de utilização de commodities, aumento de produção em escala orientada pela lógica de mercado e os agricultores sendo os empresários agrícolas (ALMEIDA, 2010).

Diante dessas definições, questionou-se: “O PRONAF impactou a modernização da agricultura familiar de Picada Café, no período de 2009 a 2014?” Na tentativa de responder a esta pergunta, o presente trabalho teve como objetivo

geral investigar se ocorreu modernização da agricultura familiar de Picada Café/RS em decorrência dos financiamentos do PRONAF, no período de 2009 a 2014.

Para tanto, foram visados os seguintes objetivos específicos: (a) Caracterizar o PRONAF em Picada Café, no período de 2009 a 2014, quanto a dados numéricos e linhas de crédito utilizadas; (b) Identificar as características das propriedades rurais dos agricultores familiares com financiamentos do programa; (c) Analisar se os financiamentos conseguiram estabelecer melhores formas de trabalho para a agricultura familiar local.

Este estudo, que buscou investigar se ocorreu modernização da agricultura familiar através dos financiamentos do PRONAF, foi caracterizado por uma pesquisa de abordagem qualitativa, onde foram analisados os dados do programa no município através dos projetos contratados. A coleta de dados secundários foi realizada através do levantamento de dados dos relatórios técnicos elaborados no escritório municipal da EMATER, organizados em tabelas, entre os anos de 2009 e 2014, configurando-se como pesquisa documental, constituídos de dados numéricos e das linhas de crédito acessadas pelos produtores rurais. Além destes dados e da utilização de fontes bibliográficas, foi aplicada uma entrevista semiestruturada ao responsável técnico da EMATER de Picada Café e aos agricultores selecionados pelo pesquisador, constituindo um retrato real do setor primário local, sendo que a população analisada foi o conjunto de agricultores familiares beneficiados pelo PRONAF no período de 2009 a 2014, coincidindo a amostra com a população.

A estrutura do trabalho está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, teórico, é feita a caracterização histórica, geográfica e socioeconômica do município alvo, Picada Café, a descrição do PRONAF, agricultura familiar e a modernização da agricultura brasileira. No segundo capítulo, apresentam-se o método e os procedimentos metodológicos. Após, são apresentadas as discussões dos resultados e as considerações finais, capítulos 3 e 4, respectivamente.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ

Picada Café foi colonizada por imigrantes alemães, pertencentes à Colônia Alemã de São Leopoldo, por volta de 1844. As primeiras habitações ocorreram em regiões planas, próximas ao Rio Cadeia. Após a ocupação das áreas mais planas começou-se a povoar as áreas mais íngremes, ou seja, as encostas e os topos dos morros. As famílias eram bastante volumosas e praticamente todas as pessoas sobreviviam da agricultura. Até a chegada dos imigrantes alemães, há registros de tribos indígenas que habitavam o local, entre eles: Précerâmicos, Caingangues e Tupi-Guaranis. Estas tribos viviam da caça e coleta momentânea, respeitando os recursos naturais (FLORES; FLORES, 1996).

A origem do nome Picada Café possui duas versões. Uma delas, a mais tradicional, conta que os tropeiros que desciam da Serra paravam na localidade para tomar café. Uma segunda versão diz que a localidade de Kaffe Eck (Canto do Café), no vale do rio Isabel, protegida do vento, serviu de experimento para o Governo da época para a plantação de café, iguaria servida aos tropeiros que desciam a Serra (FLORES; FLORES, 1996).

As primeiras comunidades germânicas a se formarem no local foram em Schneidersthal (Vale do Schneider) e Morro Bock, localidades que receberam moradores das famílias Schneider e Bock e, por isso, legando o nome aos lugares. Mais tarde, por volta de 1850, foram abertas as primeiras clareiras e fixaram-se moradias nas regiões próximas ao vale do Rio Cadeia, formando-se a localidade de Picada Holanda. Após a ocupação das áreas mais planas, começou-se a povoar as áreas mais íngremes, nos topos dos morros. As famílias imigrantes de origem europeia eram numerosas e praticamente todas as pessoas sobreviviam da agricultura, sendo que a habitação no local foi bastante difícil devido às dificuldades de acesso e aberturas das matas. Ademais, a habitação dos imigrantes germânicos gerou conflitos com as tribos indígenas e a infestação de doenças trazidas pelos europeus originou a extinção e migração dos indígenas para outras regiões (DEPPE; SENGER; WEDIG, 1988).

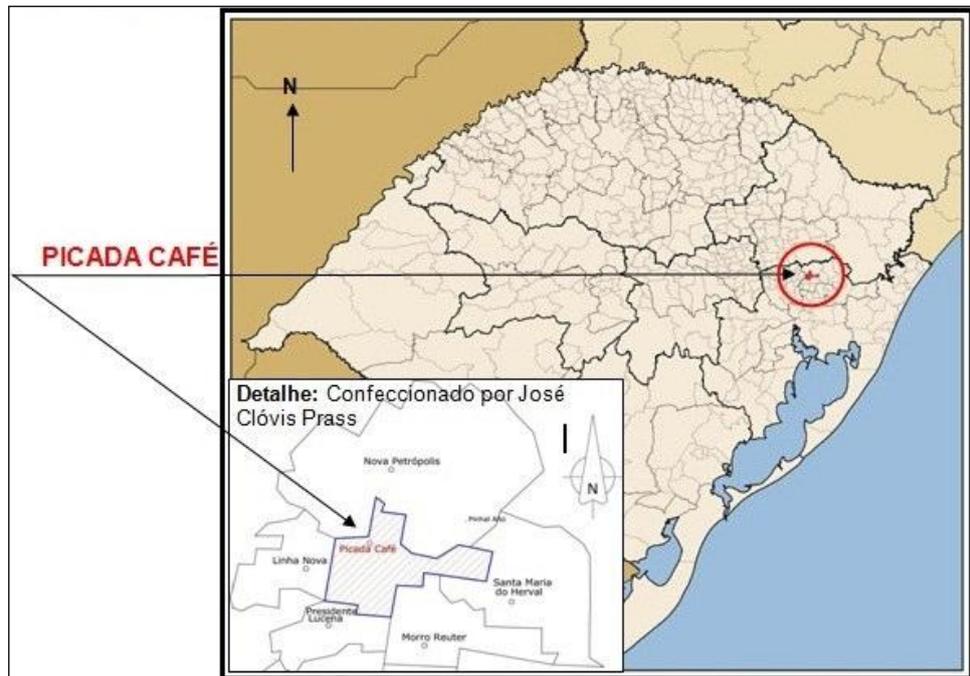
Durante a colonização o pensar e o agir dos moradores eram delineados pelos preceitos da igreja. Em 1850, Picada do Café, assim chamada inicialmente, possuía uma população de 417 pessoas e, em 1852, já possuía 669 habitantes. As

primeiras casas construídas na localidade eram em estilo enxaimel, ou seja, construções com madeiras e tijolos de barro para a formação das paredes. Os alicerces eram formados por pedras irregulares encontradas no local. A maioria das casas possuía um porão com ambiente fresco, destinado à estocagem de alimentos e outros mantimentos sensíveis ao calor. Outra característica trazida pelos imigrantes alemães era plantar, ao lado das casas enxaimel, uma planta ornamental conhecida popularmente como Camélia (DEPPE; SENGER; WEDIG, 1988).

Com o desenvolvimento local foram surgindo comércios locais, entre funilarias, moinhos e armazéns que comercializavam produtos primários. Com isso, os moradores podiam adquirir ferramentas manuais e equipamentos agrícolas (arados, grades, carros-de-boi e moedores de cana com tração animal) mais eficientes, permitindo melhores condições de trabalho. A produção de milho, arroz e amendoim destinava-se para a transformação em farinha, arroz descascado e óleo de amendoim. Os excedentes em produtos primários eram trocados em comércios locais, chamados de “Secos e Molhados”, por especiarias, fazendas (tecidos) e acessórios, ferramentas agrícolas e outros utensílios. A carne dos animais abatidos geralmente era transformada em linguiça e charque, que eram defumados e guardados em varas no porão da casa, além de ser conservada em banha suína, produto muito relevante e valioso na época. A iluminação era à base de velas e por lamparinas de azeite de amendoim (DEPPE; SENGER; WEDIG, 1988).

Picada Café se emancipou no dia 20 de março do ano de 1992, comunidade antes pertencente ao município de Nova Petrópolis. Segundo dados do levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), o decorrente município tem 5.182 habitantes, um território de 85 km², localiza-se a 78 km de distância da capital gaúcha Porto Alegre, pertence ao Corede Hortênsias e está localizada na região da Encosta da Serra. De acordo com os dados do IBGE (2010), 623 pessoas residem no meio rural e 4.559 no meio urbano, sendo que a agropecuária no Município representa 5,01% do valor adicionado na atividade econômica, a indústria 56,03%, o setor de serviços 28,82% e a administração pública 10,13%.

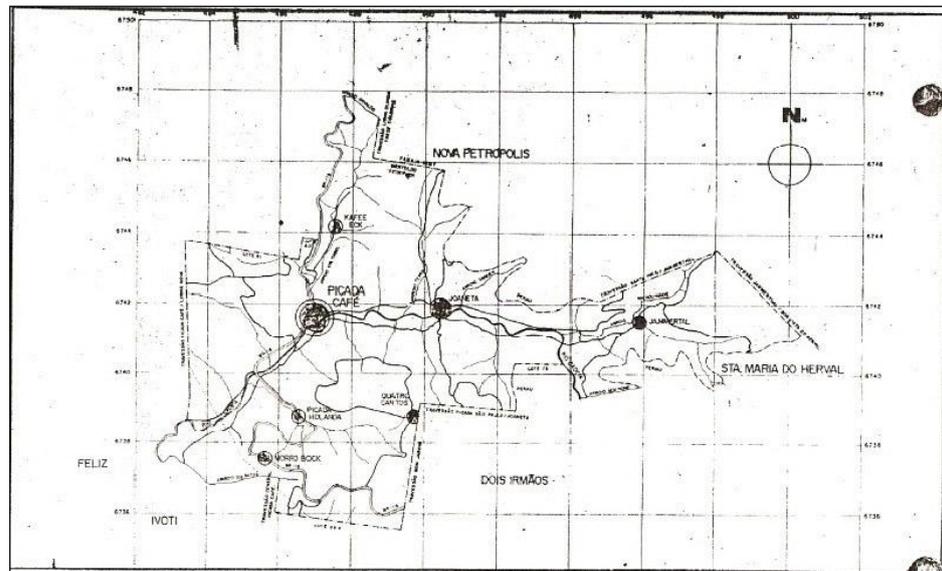
FIGURA 1: Mapa de localização geográfica de Picada Café no RS



Fonte: José Clóvis Prass (2009)

Picada Café é conhecida como a “Cidade dos Lírios”, flor símbolo do Município, e apresenta limites territoriais com os municípios de Nova Petrópolis ao norte, Linha Nova a oeste, Presidente Lucena a sudoeste, Morro Reuter ao sul e Santa Maria do Herval a leste (JAHN, et al., 2002). Picada Café apresenta uma vegetação de Floresta Pluvial (Subtropical). O clima predominante no município é o subtropical, de transição entre o tropical e o temperado, com temperaturas variando de -1°C a 40°C e uma precipitação pluviométrica média anual de 1700 a 2000 milímetros. A hidrografia do município é caracterizada pelo Rio Cadeia e de águas de pequenos arroios que cortam as matas subtropicais dos vales do município (FLORES; FLORES, 1996).

FIGURA 2: Mapa Político de Picada Café – 1991



Fonte: José Clóvis Prass (2009)

2.1 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

No Brasil, a agricultura familiar representa 84% dos estabelecimentos rurais do país, empregando 74% da mão de obra no campo e tendo 33% de participação no Produto Interno Bruto Agropecuário no país. Este fortalecimento da agricultura familiar e representatividade no setor primário brasileiro estão fortemente ligados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa é uma política pública para o fortalecimento das unidades de produção agrícola, através do apoio técnico e financeiro, visando um desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2014). De acordo com o Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996, é um programa do governo federal com finalidade de: “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (CONTI; ROITMAN, 2011, p. 5).

Em 1995, instituiu-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pela Resolução CMN – Bacen nº 2.191, de 24/08/95, com

crédito para custeio e investimento para produtores rurais com Declaração de Aptidão ao PRONAF. Em 1996 criou-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo Decreto nº1.946, de 28/06/96. Desde a sua criação o PRONAF passou por alterações a cada plano safra, com ajustes nas taxas de juros, inclusão de beneficiários, novas linhas de financiamento e ampliação de municípios atendidos (CESA; PISSOLI, 2012).

O PRONAF é executado no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O Conselho Monetário Nacional fixa as regras, o Banco Central do Brasil dirige e fiscaliza o crédito e, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) propõe as diretrizes e identifica os beneficiários. As instituições financeiras analisam as propostas e firmam os contratos de financiamentos com os agricultores (MULLER, 2014). Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) opera o PRONAF, repassando os recursos aos agentes financeiros credenciados, seja para investimento ou para o custeio da produção (CONTI; ROITMAN, 2011).

Inicialmente, para o acesso ao crédito do PRONAF, é preciso a família do agricultor familiar obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) junto aos órgãos e entidades cadastradas que emitem o documento. Para isso, é preciso que o agricultor familiar e sua família:

- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas; (Res 4.228 art 2º)
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais; (Res 4.107)
- c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, observado o disposto na alínea "g"; (Res 4.107)
- d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, observado ainda o disposto na alínea "h"; (Res 4.228 art 2º)
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; (Res 4.228 art 2º)
- f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os

proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; (Res 4.228 art 2º)

g) o disposto na alínea "c" não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais; (Res 4.107)

h) caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$1.000,00 (um mil reais), admite-se, exclusivamente para efeito do cômputo da renda bruta anual utilizada para o cálculo do percentual de que trata a alínea "d" deste item, a exclusão de até R\$10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento. (Res 4.339 art 2º) (EMATER/ RS/ASCAR, 2014, p. 15).

Ademais, também são beneficiários do PRONAF:

a) atendam, no que couber, às exigências previstas no item 1 e que sejam: (Res 4.107)

I - pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;

II - aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;

III - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

b) se enquadrem nas alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do item 1 e que sejam: (Res 4.107)

I - extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;

II - integrantes de comunidades quilombolas rurais;

III - povos indígenas;

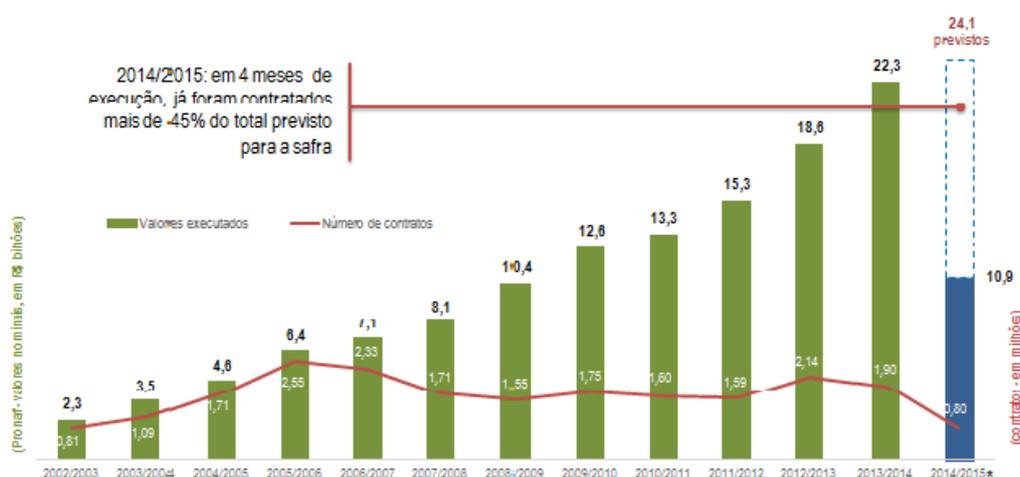
IV - demais povos e comunidades tradicionais. (EMATER/ RS/ASCAR, 2014, p. 15).

Após a obtenção da DAP, o agricultor familiar deve procurar a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a elaboração do projeto técnico de financiamento e encaminhar a proposta para o agente financeiro realizar a contratação. O PRONAF financia atividades de custeio e de investimentos agrícolas (CASSEL, 2013). O lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar com os valores e linhas de crédito são disponibilizadas a cada ano agrícola - julho a junho do ano seguinte - pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2014). No Plano Safra 2014/2015 o crédito ofertado é de R\$24,1 bilhões, estimulando a produção de alimentos e a busca pela garantia de renda ao produtor e estabilidade

de preços ao consumidor e, conta com as linhas de crédito sistematizadas no apêndice A deste trabalho.

Desde sua criação, é perceptível a ampliação e aplicação dos recursos disponibilizados pelo PRONAF, e segundo Schneider, Cazella e Mattei (2004) "o programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo" (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004 *apud* GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014, p. 1).

Figura 3: Evolução do PRONAF no Brasil/ 2002 – 2015



Fonte: Laudemir Muller, 2014, p. 6.

Como pode ser visualizado, têm sido crescentes os recursos liberados pelo PRONAF. No Plano Safra 2002/ 2003 foram financiados R\$ 2,3 bilhões, ocasionando um aumento constante ano a ano. No Plano Safra 2013/ 2014 foram liberados 22,3 bilhões e com estimativa de R\$24,1 bilhões no Plano Safra 2014/ 2015, o que representa a importância desse programa de crédito rural para a agricultura familiar no Brasil. Segundo Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014) a expansão dos recursos aplicados pelo PRONAF se deve a uma série de mudanças, conforme demonstra o quadro abaixo:

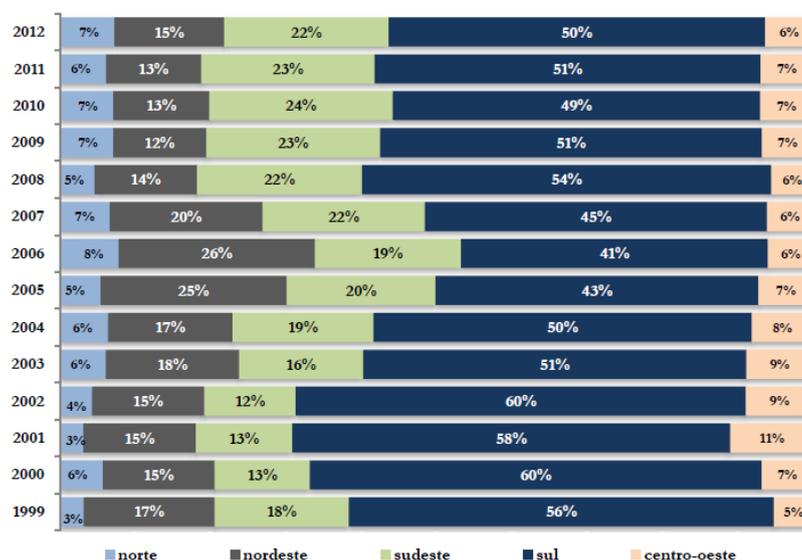
Quadro 1 - Mudanças no PRONAF ao longo dos anos

Alteração	Consequência
Flexibilização das regras financeiras.	Redução da taxa de juros, expansão do prazo de pagamento, aumento do limite de recursos por contrato, etc.
Mudanças institucionais no sentido de diversificar o público da agricultura familiar beneficiário.	Novos beneficiários: Mulheres, jovens, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, grandes cooperativas, etc.
Diversificação das atividades econômicas apoiadas.	Novas linhas, entre elas: PRONAF Agroindústria, Turismo Rural, Floresta, Agroecologia, Eco, Pesca etc.
Aumento dos municípios abrangidos	Atualmente, atingem mais de 97% atualmente.
Simplificação das condições de acesso.	Redução de alguns entraves bancários, maior facilidade de obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), eliminação da classificação por grupos de agricultores, etc.
Aumento da renda para fins de enquadramento dos agricultores no programa.	Renda máxima para enquadramento atualmente no PRONAF é de R\$ 360 mil, ao passo que, no primeiro Plano Safra, era de R\$ 60 mil.
Diversificação das fontes de financiamento, com crescente participação dos recursos obrigatórios.	Exigibilidades bancárias e IHCD (Instrumento Híbrido de Capital e Dívida), além do aumento da utilização de recursos dos Fundos Constitucionais.
Fortalecimento social e econômico da agricultura familiar nos últimos anos.	Exigência de maior relacionamento com as políticas públicas e com o sistema bancário.

Fonte: Adaptado de Grisa, Wes Junior e Buchweitz (2014).

FIGURA 4: Distribuição do valor total dos financiamentos do PRONAF por grandes regiões 1999 - 2012

Distribuição do valor total dos financiamentos do Pronaf por grandes regiões 1999 - 2012



Fonte: Adaptado de Silveira, 2014, p. 5.

A figura 4 demonstra a distribuição dos valores dos financiamentos do PRONAF pelas regiões do Brasil entre os anos de 1999 e 2012. Percebe-se que a região sul detém o maior número de valores financiados pelo PRONAF em razão de essa região ter a predominância da agricultura familiar no setor primário. Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (2006), “a região Sul, percentualmente, detém a maioria de seus estabelecimentos ocupados pela agricultura familiar, ou seja, mais de 907 mil estabelecimentos, porém com 43,5% da área total” (IBASE, 2006, p. 09).

Atrelados ao PRONAF estão os programas Proagro Mais e PGPAF (Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar). O Proagro Mais, também conhecido como Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), instituído em 2004, é um seguro para o beneficiário do PRONAF e em caso de ocorrências de fenômenos naturais, pragas ou doenças na lavoura, garante nesse caso, a exoneração das obrigações financeiras relativas ao financiamento contratado, além de, ainda, receber uma indenização sobre os recursos próprios empregados. O PGPAF, criado em 2006, é gratuito e os custos com o programa são assumidos pelo Tesouro Nacional, é um programa que garante aos agricultores que contratam financiamentos pelo PRONAF um desconto no pagamento do financiamento, caso o

preço de mercado do produto financiado esteja abaixo de seu preço de garantia (CONTI; ROITMAN, 2011).

Em Picada Café, é através do PRONAF que,

existem no município diversos agricultores que, com o auxílio deste programa, conseguem melhorias nas suas propriedades, renovando os equipamentos, aumentando áreas plantadas, desde o milho até o florestamento com acácia negra, além da avicultura que teve um grande crescimento nos últimos anos (WERLE, 2011, p. 11).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar pode ser definida da seguinte maneira:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FIALHO *apud* INCRA/ FAO, 2000, p. 08).

Segundo a legislação brasileira, o inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelece pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, a seguinte redação sobre propriedade familiar:

Propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros” e na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais (GONÇALVES e SOUZA *apud* TINOCO, 2006, p. 2).

Para Brignoni (2014), o termo “agricultura familiar” passou a ser utilizado no Brasil a partir da década de 1990 e, segundo Schneider (2010):

a criação e o reconhecimento da agricultura familiar deu-se a partir das lutas dos movimentos sindicais por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação

constitucional da previdência social rural, que ocorreram neste período (SCHNEIDER *apud* BRIGNONI, 2014, p. 31).

A agricultura familiar, no Brasil, emprega 70% da mão de obra no campo, representa 84% dos estabelecimentos rurais e é responsável por 10,1% do PIB (produto Interno Bruto). Isto representa 40% do valor bruto da produção agropecuária no país, ocupação de 4,2 milhões de estabelecimentos e a produção de 60% do consumo interno. A região com maior número de estabelecimentos ocupados pela agricultura familiar é a região sul do país, com 907.635 estabelecimentos, representando a ocupação de 19,4 milhões de hectares. Nesta região, a agricultura familiar é caracterizada por pequenas propriedades rurais que representam 21,9% do total de estabelecimentos familiares no Brasil (CECCONELLO; CONTI; PIES, 2006). Bittencourt e Bianchini (1996) *apud* TINOCO, (2006, p. 2), após estudos nesta região, chegaram a seguinte definição sobre a agricultura familiar:

Agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor(a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Assim, de forma geral, as definições sobre agricultura familiar mencionam a importância dos objetivos da família, seja pela rentabilidade econômica ou social, os trabalhos na propriedade rural são exercidos pelo produtor e sua família, sendo que a mão de obra familiar é superior à contratada e ao mesmo tempo em que é proprietário assume os meios de produção, área da propriedade é estabelecida por área máxima por cada região e as culturas, criações e produções primárias são tanto para o consumo como para o mercado, diversificação da produção, aumento de produção em pequenos volumes de capital, maior aproveitamento possível por há e a pluriatividade (TINOCO, 2006). Segundo Schneider (2005), a pluriatividade no meio rural é um fenômeno de combinação de duas atividades ou mais, uma delas a agricultura, ou seja, interação entre atividades agrícolas e não agrícolas. Essa característica da pluriatividade é significativa na região da Serra Gaúcha, onde

quase 60% das famílias são pluriativas, justificado pela economia local e a interação dos membros das famílias rurais com os mercados de trabalho não agrícola. Ademais, essa complementaridade entre os trabalhos é devida a pouca disponibilidade de terra e as dificuldades de modernização tecnológica do setor (SCHNEIDER, 2009).

Tabela 1 – Características da agricultura familiar

Área média (Censo Agropecuário 1995/ 1996)	26 hectares
Área média (Censo Agropecuário 2006)	18,37 hectares
Produção média (Censo Agropecuário 1995/ 1996)	R\$104,00/ha/ano
Agricultores familiares – Sexo feminino	13,7% = 600 mil estabelecimentos
Menos de 5 anos na atividade	20% do total dos agricultores familiares
Agricultores familiares com laços de parentesco	11 milhões de pessoas

Fonte: Adaptado de Buainain, Guanziroli e Romeiro (2003).

Tabela 2 – Características da agricultura patronal

Área média (Censo Agropecuário 2006)	309,18 hectares
Produção média (Censo Agropecuário 1995/ 1996)	R\$44,00/ha/ano

Fonte: Adaptado de Buainain, Guanziroli e Romeiro (2003).

De acordo com os dados apresentados nas tabelas 1 e 2, a agricultura familiar é praticada em pequenas áreas de terra e com melhor nível de aproveitamento e produção por hectare em relação à agricultura patronal. A grande maioria dos agricultores é do sexo masculino e com pouca experiência na atividade. Desde os censos agropecuários realizados de 1950, a agricultura familiar com estabelecimentos de menos de 100 hectares nunca ficou abaixo de 90% do total de estabelecimentos rurais no Brasil (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Além dessas características, o desenvolvimento da agricultura familiar é relevante para a segurança alimentar, estabilidade dos preços dos alimentos, preservação do salário real no país, a dinamização dos municípios do meio rural caracterizados pelo êxodo de suas populações e a geração de emprego, sendo que:

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, 54% da População Economicamente Ativa (PEA) inscrita no Cadastro Único para Programas

Sociais em outubro de 2008 eram trabalhadores rurais” (CONTI; ROITMAN, 2011, p. 4).

2.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A partir de 1930, o Brasil passou por profundas transformações sociais e econômicas, período que iniciou com a expansão da indústria moderna brasileira. A partir de 1950, a industrialização acelerou a modernização da agricultura, através das transformações tecnológicas empregadas pelo setor com a crescente utilização de mecanização agrícola e insumos químicos na produção, substituindo o trabalho manual e artesanal pela tecnificação das atividades agrícolas. O processo de modernização da agricultura estava atrelado às políticas dos governos militares, com ideais de que o Brasil deveria ser um país com características industriais (CECCONELLO; CONTI; PIES, 2006). Segundo Kageyama,

A “modernização agrícola” – com seu elevado grau de mercantilização, especialização, escala e padronização das atividades produtivas – tem sido a trajetória dominante desde os anos 1970, mas ainda assim houve espaço para a manutenção e crescimento de formas familiares de produção em diversos espaços rurais, como a região Sul, em que é mais evidente o surgimento de uma “nova ruralidade” no Brasil. (KAGEYAMA, 2008, p. 69).

O processo de modernização da agricultura ficou conhecido como “Revolução Verde”. Segundo Almeida (1997), a Revolução Verde visava o

[...] aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, criando a ideia que passou a ser conhecida com frequência como aquela do ‘pacote tecnológico’. Os objetivos então estabelecidos eram condizentes com o cenário mundial da época: crise no mercado de grãos alimentícios, aumento do crescimento demográfico e a previsão, a curto prazo, de uma ‘catástrofe alimentar’ que poderia originar convulsões em certas regiões do mundo (ALMEIDA *apud* CECCONELLO; CONTI; PIES, 2006, p. 104).

A modernização da agricultura brasileira constituiu-se de uma transformação capitalista. As tecnologias chegaram aos agricultores com maior poder aquisitivo, excluindo grande parte dos agricultores do país que não acompanharam o processo por dificuldades econômicas. Em razão disso, as famílias sem condições de permanecer no meio rural deslocaram-se para os centros urbanos em busca de novas oportunidades de trabalho. De acordo com Dal Soglio (2006) *apud* Pacífico, (2009, p. 9), “desde os anos 50, a agricultura brasileira foi submetida a um processo de modernização que embora tenha ocasionado um aumento de produtividade foi responsável por uma crise profunda na sociedade rural”.

Diante disso, a Revolução Verde desencadeou a modernização da agricultura brasileira estimulando a utilização de mecanização e de produtos químicos na produção. Ademais, promoveu desigualdades sociais e diversas lutas e resistências sobre a questão agrária. À adoção de tecnologias e biotecnologias podemos citar o surgimento do êxodo rural, empobrecimento das famílias remanescentes no meio rural sem condições de modernização da propriedade, movimentos sociais, degradação ambiental, inchaço dos centros urbanos, marginalização de parte da população, etc. (PACÍFICO, 2009).

Em Picada Café, muitas propriedades rurais estão impossibilitadas à utilização de mecanizações de grande porte pelo seu relevo, que é bastante acentuado e íngreme, o que dificulta a inserção de cultivos de *commodities* no setor primário local. Ademais, outra característica da agricultura local é a presença da silvicultura em seus cultivos. Este cultivo “constata o envelhecimento dos moradores e a existência de trabalhos não agrícolas, caracterizando-se como culturas de abandono” (KLAUCK, 2011, p. 62). Diante disso, a agricultura patronal em Picada Café, por essas razões, é praticada em poucas propriedades. Para Klauck,

A agricultura patronal é representada por alguns agricultores/empregadores capitalizados, que possuem mão de obra contratada nas suas atividades e não se caracterizam como familiares. O capital empregado nesta atividade, muitas vezes, é oriundo de outros setores econômicos. A alta produção é reflexo de grandes investimentos e da acumulação progressiva de capital. A utilização de maquinários e a baixa preocupação com a natureza são fatores que caracterizam também este tipo de agricultura local (KLAUCK, 2011, p. 72).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo buscou investigar, através dos dados do programa no município, se ocorreram melhores formas de trabalho na agricultura familiar com os financiamentos do PRONAF. Para tal, foi utilizada a pesquisa qualitativa, que pode ser assim caracterizada:

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever, compreender, explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

A coleta de dados secundários foi realizada através do levantamento de dados dos relatórios técnicos elaborados no escritório municipal da EMATER, organizados em tabelas, entre os anos de 2009 e 2014, configurando-se como pesquisa documental. Segundo Fonseca (2002),

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA *apud* GERHARDT E SILVEIRA 2009, p. 37).

Os relatórios técnicos se compuseram de dados numéricos e das linhas de crédito acessadas pelos produtores rurais.

Além destes dados e da utilização de fontes bibliográficas, foi aplicada uma entrevista semiestruturada ao responsável técnico da EMATER de Picada Café e aos agricultores selecionados pelo pesquisador, constituindo um retrato real do setor primário local. Foi entrevistado um agricultor representante de cada uma das localidades (Quatro Cantos, Joaneta, Jammerthal e Lichtenthal), principais polos de produção do setor primário do município, que já acessou e ainda tem aptidão ao

PRONAF. A EMATER é a única entidade pública no município que presta assistência técnica ao agricultor familiar e que possui aptidão para encaminhar as Declarações de Aptidão ao PRONAF e projetos técnicos para o acesso ao programa.

3.1 – COLETA DE DADOS – AS ENTREVISTAS

As entrevistas, realizadas no mês de abril de 2015, com permissão dos entrevistados, foram gravadas e transcritas logo após o término da mesma, sendo o roteiro apresentado no apêndice deste documento. O roteiro de perguntas foi construído em duas etapas: um roteiro para o responsável técnico da EMATER e outro para agricultores familiares de Picada Café. Estes questionamentos compuseram perguntas sobre o acesso e adesão ao PRONAF pelos agricultores familiares, as principais atividades desempenhadas e financiadas pelo programa, os benefícios que o PRONAF trouxe ao setor, além de perspectivas sobre a agricultura familiar em Picada Café.

O público-alvo foi contatado num período antecedente para que as pessoas pudessem estar preparadas e previamente avisadas da hora e do assunto a ser abordado. Para a realização das entrevistas foi utilizado o roteiro de perguntas e um notebook para a gravação das entrevistas. Durante as conversas, além da língua portuguesa, também foi utilizada a linguagem alemã, pois a população de Picada Café em sua grande maioria possui descendência alemã e sentiram-se mais à vontade em falar as duas línguas.

Após a realização das entrevistas ocorreu a tradução, transcrição e leitura das falas, as quais foram analisadas e relatadas neste estudo. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), na entrevista semiestruturada,

O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal (GERHARDT; SILVEIRA, 2009: 72).

A população analisada foi o conjunto de agricultores familiares beneficiados pelo PRONAF no período de 2009 a 2014, sendo que a amostra coincide com a população. Dessa forma, não houve necessidade de seleção dos entrevistados. A possibilidade de entrevistar todos os envolvidos confere maior confiabilidade à investigação, na medida em que há condições de confrontar todas as experiências e vivências dos atores envolvidos no processo. Já os dados coletados foram organizados em tabelas, cujo conteúdo foi objeto de análise pelo pesquisador e, juntamente com as entrevistas, descritas no capítulo de apresentação e discussão dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 – OS RESULTADOS

A agricultura familiar de Picada Café é caracterizada por pequenos estabelecimentos agropecuários e segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2006) a atividade apresenta 201 estabelecimentos em atividade, os quais totalizam 2.900 hectares. De acordo com Klauck (2011), a estrutura fundiária de Picada Café é caracterizada por 718 propriedades rurais, com áreas entre 0,1 a 45 hectares.

Tabela 3 – Estrutura fundiária e caracterização das propriedades rurais de Picada Café

Estratos de área				
0,1 a 5 há	5,1 a 10 há	10,1 a 18 há	18,1 a 30 há	+ de 30 há
315 propriedades	174 propriedades	160 propriedades	65 propriedades	4 propriedades
Diferentes formas de agricultura				
Agricultura familiar de subsistência	Agricultura familiar com renda agrícola – pluriatividade	Agricultura patronal	Propriedade de reduto ecológico – improdutiva	
302 propriedades	179 propriedades	23 propriedades	214 propriedades	
Distribuição, segundo estratos de idade, dos responsáveis das propriedades rurais				
Faixa I – Até 20 anos	Faixa II – De 21 a 40 anos	Faixa III – De 41 a 60 anos	Faixa IV – Mais de 60 anos	
4 propriedades	36 propriedades	272 propriedades	406 propriedades	
Ocorrência de residência nas propriedades rurais				
Reside na propriedade			Não reside na propriedade	
362			356	

Fonte: Adaptado de Klauck (2011).

Novamente, a tabela 3 demonstra que a agricultura de Picada Café é caracterizada por pequenas propriedades rurais e grande parte destes estabelecimentos é de responsabilidade de pessoas entre 41 e 60 anos e pessoas idosas. Para o investimento na propriedade e custeio da produção estes agricultores familiares se beneficiam do PRONAF.

Tabela 4: PRONAF Investimento em Picada Café (2009 – 2014)

AGENTE FINANCEIRO A		
Ano	Quantidade de projetos	Valor
2009	20	R\$609.092,14
2010	11	R\$476.815,42
2011	13	R\$426.604,46
2012	7	R\$168.103,82
2013	16	R\$643.943,44
2014	7	R\$334.087,81
Total - Agente financeiro A	74	R\$2.658.646,69
AGENTE FINANCEIRO B		
2009	3	R\$105.116,18
2010	11	R\$143.861,55
2011	8	R\$307.541,23
2012	4	R\$51.689,49
2013	9	R\$369.221,43
2014	8	R\$353.634,00
Total - Agente financeiro B	43	R\$1.331.063,70
Total	117	R\$3.989.710,39

Fonte: Adaptado de EMATER/ RS ASCAR (2015).

De acordo com os dados da tabela 4, entre 2009 e 2014, foi financiado um total de R\$3.989.710,39 para o investimento da produção. Estes valores totalizaram a elaboração de 117 projetos de investimento, seja pelas linhas PRONAF Investimento Mais Alimentos, PRONAF Agricultura Familiar Investimento, PRONAF Eco, PRONAF “A” e PRONAF Mulher. As linhas de crédito do PRONAF passaram por reformulações a cada Plano Safra e, o PRONAF “A” é uma linha de crédito especial para agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) fazerem investimentos em sua propriedade rural adquirida através do programa. O montante financiado entre 2009 e 2014 foi destinado para a aquisição de veículos utilitários de transporte de carga e caminhões, implantação de culturas, aquisição de matrizes bovinas, novilhas e bovinos de corte, aquisição de tratores e equipamentos agrícolas, construção de aviários, estufas e galpões agrícolas, aquisição de resfriador de leite e demais utensílios agrícolas (EMATER/RS, 2015).

Tabela 5: PRONAF Custeio em Picada Café (2009 – 2014)

AGENTE FINANCEIRO A		
Ano	Quantidade de projetos	Valor
2009	0	R\$0,00
2010	4	R\$33.845,00
2011	2	R\$14.885,00
2012	10	R\$70.754,50
2013	6	R\$45.475,00

2014	13	R\$67.850,00
Total - Agente financeiro A	35	R\$232.809,50
AGENTE FINANCEIRO B		
2009	0	R\$0,00
2010	1	R\$11.952,26
2011	1	R\$8.500,00
2012	6	R\$84.502,50
2013	1	R\$4.550,00
2014	20	R\$145.975,00
Total - Agente financeiro B	29	R\$255.479,76
AGENTE FINANCEIRO C		
2012	1	R\$6.000,00
Total - Agente financeiro C	1	R\$6.000,00
Total	65	R\$494.289,26

Fonte: Adaptado de EMATER/ RS ASCAR (2015).

Segundo os dados da tabela 5, que é caracterizada pela caracterização do PRONAF Custeio em Picada Café, podemos verificar sua elevação em valores financiados de ano a ano. O agente financeiro A possui a maior quantia de projetos financiados e teve seu maior número de valores em financiamentos no ano de 2012, totalizando R\$70.754,00. Já, o agente financeiro B possui os maiores valores em financiamentos de custeio e o agente financeiro C possui somente uma operação de PRONAF Custeio entre o período de 2009 a 2014. Em média, destacam-se os anos de 2012 e 2014 em financiamentos de PRONAF Custeio, sendo que os valores desta linha são destinados para custear a produção, seja para comprar sementes, mudas, adubos, defensivos químicos e/ ou orgânicos, tratos para a pecuária e demais custos de produção da agricultura familiar. Os financiamentos de PRONAF Custeio nesse período foram destinados para as culturas de uva, tomate, milho (silagem e grão), feijão, morango, aipim, pepino, limão, figo, flores, olerícolas diversas, bovinos de corte e de leite e avicultura (EMATER/ RS, 2015).

4.2 - AS ENTREVISTAS

O acesso ao PRONAF em Picada Café é caracterizado pelas linhas de investimento e de custeio e o acesso, segundo técnico da empresa de assistência técnica, se dá por

“iniciativa própria. A gente não vai atrás pra incentivar eles muito, não. Quando eles vêm, a maioria já tem conhecimento, né. Mas quando eles vêm

a gente explica e tal por que tem que ter enquadramento no PRONAF, na DAP, né. E normalmente, parte deles” (R. H., Extensionista Rural da EMATER, Picada Café).

De acordo com depoimento de um agricultor entrevistado, o acesso ao PRONAF por ele se deu da seguinte forma:

“Primeiro foi só custeio, pra plantar milho e coisas. E depois eu fiz um investimento pra fazer sala de ordenha e fazer piquetes, pastagens. Depois saiu o Mais Alimentos e peguei pra comprar o trator e daí peguei mais um investimento pra comprar a colheitadeira. E tenho mais um investimento florestal. Se não tivesse o PRONAF não teria tudo o que tinha. Com certeza, não. Não ia conseguir fazer tudo. Por que tem que ter aquele investimento de vez, sabe. O juro é muito alto pra pegar outros financiamentos. Assim, particular não tem como” (R,R, agricultor familiar, Lichtenthal).

Segundo o extensionista rural da EMATER de Picada Café, entre as principais atividades agrícolas financiadas destaca-se,

“Se for falar de cultura, mais é milho. Muitos estão no milho por que daí tem o seguro embutido. Agora alguns tão indo pro leite também, que é uma atividade que ainda é forte. Alguma coisa de fruticultura, uva, né. Mas assim, em volume de dinheiro, se for destacar uma cultura, a maior quantidade é milho. Milho, feijão um pouco, né. Grãos” (R. H., Extensionista Rural da EMATER, Picada Café).

Os agricultores entrevistados destacaram suas principais atividades. Entre elas: *“tem parreiral de uva, plantação de milho, mato de acácia e eucalipto”*. (J.F.D.M., agricultor familiar, Quatro Cantos). Outra atividade é a *“criação de frango e produção de leite, né. Agora até estufas temos. Em uma nós tinha plantado tomate (cedo) depois nas outras pepino, né”* (J.C.F., agricultor familiar, Joaneta). Ademais, os agricultores trabalham com *“gado de leite, gado de corte e serviços de trator”* (J.T.K., agricultor familiar, Jammerthal).

Segundo o extensionista rural da EMATER de Picada Café, o acesso ao Pronaf é

“Bem inconsciente. No começo muitos pegavam achando que não ia precisar pagar. Só que essa hora de pagar chega. E daí? Eles não se preparam. Por que produtor nosso não tem muito dessa disciplina de calcular e se programar muito, nem faz cálculos de custos da propriedade e também não se programa. Quando vê, aparece a cobrança da parcela e ‘agora o que é que eu vou fazer?’ Alguns tentam pegar outro PRONAF pra pagar aquela dívida, só que daí acaba virando uma bola de neve. E nisso a gente sempre tenta orientar, né, mas é um pouco difícil. A pessoa, por exemplo, ela tem direito a pegar. Então, também, tu simplesmente não pode negar. Se ela tem direito e tem interesse em pegar, ela pode. O que a gente tem que fazer é sempre orientar ela e dizer: olha, o dinheiro tu pegando pra isso. Se tu tá pegando pra isso, investe nisso por que isso vai ter que trazer alguma melhoria na tua propriedade pra aumentar a tua renda e não entrar círculo de pegar dinheiro pra pagar outro e assim vai” (R. H., Extensionista Rural da EMATER, Picada Café).

No contato e instrução para os agricultores familiares do município, a empresa de assistência técnica age da seguinte forma:

“Normalmente é por demanda. Eles que solicitam visitas e a gente acaba visitando quem é solicitado. A gente no ano passado fez isso, pra forçar um pouco, conhecer pessoas que acabam não procurando a gente.. Lá no Jammerthal visitamos propriedade por propriedade e esse ano vai fazer isso no Quatro Cantos, visitar todas as famílias. Por que sempre tem aqueles que acabam procurando mais e tu acaba não visitando aqueles que nunca te chamam” (R. H., Extensionista Rural da EMATER, Picada Café).

A mão-de-obra nas pequenas propriedades rurais de Picada Café é totalmente familiar. *“Trabalhamos eu e a mãe. Meu irmão só ajuda aos finais de semana” (J.T.K., agricultor familiar, Jammerthal).* Também, *“hoje trabalhamos eu e meu pai” (J.F.D.M., agricultor familiar, Quatro Cantos).*

Os conhecimentos sobre o PRONAF são basicamente adquiridos pela mídia e agentes financeiros. *“Fiquei sabendo pela televisão, pelo banco, pelas pessoas que trabalham no banco.. PRONAF pra mim é uma ajuda pro agricultor conseguir comprar, por exemplo, um trator, construir um galpão, comprar adubo pra plantar milho.. pra mim é o PRONAF” (J.F.D.M., agricultor familiar, Quatro Cantos).*

Após a obtenção dos recursos *“veio fiscal ver as parreiras e veio ver as roças de milho. Eram do banco. Fiscal de Porto Alegre” (J.F.D.M., agricultor familiar, Quatro Cantos).* Estas fiscalizações são isoladas, pois *“aqui ninguém apareceu. Todo mundo sabe. Do banco, não” (R,R, agricultor familiar, Lichtenthal).* Ademais, o

“único que veio, né, foi o Sicredi, né. A única fiscalização que tinha assim era quando eu tinha que fazer o seguro, né. Aí ele veio, né, o da seguradora. Mas assim do governo não veio ninguém. Então, quem veio olhar foi o gerente” (J.C.F., agricultor familiar, Joaneta).

Os recursos do PRONAF são importantes para o financiamento de custeio e modernização das atividades do setor agrícola, pois *“se não tivesse o PRONAF aí seria difícil. Por que comprar assim tudo, veneno, essas coisas, adubo, plantação de muda.. Se não tem uma ajuda, aí seria difícil. É uma grande ajuda esse Pronaf”* (J.F.D.M., agricultor familiar, Quatro Cantos). E,

“Se não fosse o PRONAF.. se não fosse esses recursos que vem de fácil acesso pros produtores estaria muito pior. Os poucos jovens que tem na agricultura ainda no município eu acho que só tem por que eles conseguiram investir e com recursos próprios eles não teriam condições de investir. Então, ajuda a segurar os jovens que ainda tem no campo, incentiva aos que se aposentam no município... incentiva eles a buscar essa atividade por que hoje o enquadramento no PRONAF ficou mais fácil então eles conseguem ter acesso, né. E, eu acho que vai ter muita gente que... alguns voltam pra atividade agrícola por que já tem alguma ligação e em cima dessas atividades que requerem menos mão de obra eles conseguem entrar nesse mercado aí” (R. H., Extensionista Rural da EMATER, Picada Café).

O posicionamento do Extensionista Rural da EMATER de Picada Café, em relação à atual situação da agricultura familiar local e aos acessos do PRONAF, pode ser expressa no trecho a seguir:

“O que a gente percebe, como a mão-de-obra é muito precária, o pessoal tá investindo muito na automação ou em atividades que exigem menos mão de obra. O próprio morango é uma atividade nesse sistema de sacola em estufa.. tu consegue fazer em pequenas áreas. O rendimento do trabalho é maior. Uma pessoa consegue trabalhar numa área, numa produção muito maior do que seria no chão. Tá indo pra isso: pessoas tão indo pra atividades que requerem menos mão-de-obra ou automatizando. Ou comprando máquinas ou melhorando as instalações. E a atividade leiteira que tá um pouco paralisada. Nós ainda não temos muito acesso, assim, ainda. Vamo ver se esse ano a gente faz um trabalho com esse pessoal do leite por que é uma atividade que é uma renda mensal e consegue fazer em pequenas áreas e o pessoal não tem investido muito. Nem na melhoria da qualidade do leite, por que, assim oh: tá apertando a legislação em qualidade do leite, né. Então acabam... se não se adaptarem muitos vão ser excluídos, vão ser afastados do sistema. Então, se eles quiserem continuar

eles vão ter que se adaptar, né, e investir. Mas seria uma coisa que seria pelo menos investir em algo que daria retorno” (R. H., Extensionista Rural da EMATER, Picada Café).

Diante do exposto, segue a opinião de agricultores familiares entrevistados sobre a realidade e futuro da atividade:

“Ela podia tá mais adiante. Claro, se insiste muito no velho, sem projeto pra coisa nova, isso podia partir, né.. Fazer um conjunto pra investir em novas coisas. Muito jovem não tem interesse.. são poucos. E os velhos que estão, são aposentados, arrastam um pouco ainda. O Sindicato fez uma reunião pra pegar os jovens.. tinha um de seis jovens da Picada inteira. A agricultura tá valorizada hoje. Tem pouca gente que faz e pode mecanizar bastante coisa, né. Bom, não é que nem há 10, 15 anos atrás.. ali não tinha. Hoje os preços estão se regulando. Tá se regulando o mercado. Sem o PRONAF, quem não tem dinheiro, não compra. Com o PRONAF consegue mecanizar todos os processos. Antes tinha que ter uma família de 4, 5 pessoas e hoje com trator o cara faz o serviço sozinho. Tá tudo mecanizado, né. Antigamente se plantava e tinha que ter dois meses pra colher e levar pra casa e hoje em dia em um dia se vai com a máquina e se colhe tudo. Antigamente se fazia tudo com boi, lavrava, plantava a mão, ureia colocava com a mão no pé. Hoje se planta transgênicos, por que não sendo transgênico até a lagarta não deixa mais nada. Pega tudo” (J.T.K., agricultor familiar, Jammerthal).

“Tá difícil, só aqueles que vão ficar vão se dar bem por que cada vez tá menos. Tem muitas pessoas de idade, tão parando, e o povo vai querer comer. E daí? Vai sair da onde? Ninguém quer ir no sol, pegar no pesado. Que nem no leite: não tem final de semana, tem que trabalhar sempre. O que poderia melhorar: Os preços. O governo deveria estabelecer preços. Quando a gente colhe bem, o preço baixa. O problema é que o resto das coisas.. o diesel aumentou demais pra nós e o adubo tá tudo caro e o que produz baixou. O PRONAF modernizou, com certeza. Só que, eu sempre falo assim: um lado é bom e outro não. O certo seria o agricultor ter capital pra ir comprar com dinheiro na mão” (R,R, agricultor familiar, Lichtenthal).

“Olha, o que que eu vou te responder? Cada vez tem menos, né. Claro, tem interessados. Então eu digo assim, né: não pode investir por um aventureiro por que agricultura não é fácil. Tu tem que ter vocação pra isso, né. Por que se não é dinheiro posto fora. Não é fácil. Mas eu vejo assim, né, hoje com esses recursos.. eu vejo futuro pra quem fica. Tá cada vez menos, né. Claro, tem um e outro que começa novo mas são mais assim aventureiros. O que que vai dar: daqui a pouco eles já vão desistir. [...] Mas eu vejo futuro nisso, né. Por que alimento todo mundo quer come e então como tá dando cada vez menos nós vamos ter que produzir mais e com isso... por que hoje é assim: tu tem que produzir bastante por pouco. Tu tem produzir qualidade e com preço bem baixo. E aí tu tem que produzir mais pra tu ter aquele lucro. Se nós não tivesse essa oportunidade de pegar esse dinheiro, né, eu acho que seria bem complicado. Eu digo assim: se tu quer poupar um dinheiro pra comprar ou financia direto o juro é muito alto. E como nosso lucro é pequeno, né, então.. E assim tu tem chance de providenciar uma máquina pra facilitar o trabalho do dia a dia. Eu vejo que foi bastante

produtivo de conseguir fazer isso. Por que hoje tu tem que ir atrás das tecnologias. No momento que tu para pode fechar as portas. Então, como é em tudo, a agricultura também é assim” (J.C.F., agricultor familiar, Joaneta).

O contexto supracitado permite verificar que, entre os anos de 2009 e 2014, o PRONAF em Picada Café financiou 182 projetos, somando um valor de R\$4.483.999,65, demonstrando a importância dessa política pública para a agricultura familiar local. As linhas de crédito acessadas neste período foram para custear os cultivos agrícolas e manejos pecuários e realizar investimentos nas propriedades. Estes investimentos foram essenciais para manter as atividades em pleno funcionamento, modernizar e mecanizar as atividades nas unidades de produção agrícola. Ademais, todos os agricultores familiares entrevistados são adeptos do PRONAF e conseguiram melhorar suas condições de trabalho com os financiamentos do programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo acerca do impacto do PRONAF na agricultura familiar de Picada Café, no período de 2009 a 2014, demonstrou que essa política pública alterou o cenário da agricultura familiar local e nacional através dos financiamentos para o investimento e o custeio das atividades do pequeno agricultor familiar. Entre os anos de 2009 e 2014, foram contratados 182 projetos técnicos em Picada Café, totalizando um total de R\$4.483.999,65, para o financiamento do custeio da produção agrícola e/ ou investimento em construções ou em máquinas e implementos agrícolas.

As propriedades rurais de Picada Café são formadas por pequenas áreas e o trabalho agrícola é realizado pelos membros da família. Estas propriedades são caracterizadas por estabelecimentos agropecuários de, no máximo, 30 hectares, onde predomina a diversificação das atividades agrícolas, com produção de diversas culturas e criações. Sendo assim, a agricultura familiar local é responsável por grande parte da produção de alimentos para a população do município de Picada Café e região do entorno.

Os levantamentos bibliográficos e os resultados das entrevistas demonstraram que a agricultura familiar de Picada Café conseguiu se modernizar com os financiamentos do PRONAF, sendo que todos os agricultores entrevistados já se beneficiaram e ainda utilizam recursos do programa, seja para construções ou aquisição de máquinas e implementos. Com a fragilidade de mão de obra e a aquisição de máquinas pelo programa, conseguiu-se implantar melhores formas de trabalho. A mecanização e o financiamento das atividades conseguiu estabelecer a permanência de muitos agricultores na atividade.

Uma das grandes dificuldades apresentadas pelos entrevistados pode ser vista com a permanência do jovem no meio rural. Na região, existem muitas ofertas de emprego, seja pela indústria ou outras atividades, e a grande maioria dos jovens acabam optando por este caminho profissional a seguir, não optando pela atividade agrícola. Isto gera o envelhecimento rural e a dificuldade de sequência das atividades nas propriedades rurais do município.

Assim como em todo território brasileiro, apesar das dificuldades apresentadas pelos entrevistados, o PRONAF conseguiu estabelecer melhores e

novas formas de trabalho para a agricultura familiar. Diante dos números apresentados, investiu-se na aquisição de veículos de transporte de carga, máquinas e implementos agrícolas e construções de estabelecimentos agrícolas, proporcionando melhores condições de trabalho e facilitou o escoamento e a venda da produção agrícola.

Desse modo, segundo expectativas e declarações dos agricultores entrevistados, o desenvolvimento do setor primário de Picada Café, caracterizado pela agricultura familiar, se dará da seguinte forma: poucas pessoas permanecerão na atividade. Porém, estas terão que se aperfeiçoar cada vez mais e produzir em maior quantidade e escala. Para isso, terão que fazer novos investimentos e aperfeiçoamentos para acompanhar todas as técnicas disponíveis.

Os limitantes do presente trabalho se relacionam à necessidade de um maior número de entrevistas com os agricultores, possibilitando um entendimento mais amplo dos impactos promovidos pelo programa. Destarte, o número de agricultores familiares locais é superior ao número de entrevistas realizadas, justificando uma limitação e possibilidade futura de avanço em pesquisa. Outro limitante se remete à inexistência de dados estatísticos de anos anteriores junto aos arquivos da EMATER no município, o que por sua vez, geraria a possibilidade de uma análise mais ampla para com o contexto em pauta.

As contribuições do presente estudo se atrelam ao auxílio na organização de dados, para um melhor planejamento do desenvolvimento do setor agrícola-rural local. A sugestão de possíveis pesquisas futuras, além do exposto anteriormente, pode se dar com a análise de viabilidade de culturas agrícolas que possam trazer maior retorno econômico e sustentabilidade às propriedades rurais locais, de modo que também possa assegurar a sucessão rural.

Hodiernamente, apesar das dificuldades apresentadas pela agricultura familiar de Picada Café, segundo relatos dos entrevistados, o PRONAF possibilita melhores condições de trabalho, tanto com os recursos disponibilizados pelo programa aos agricultores, melhorando assim, sua propriedade e estrutura de máquinas, quanto com o custeio de sua produção. Por fim, este trabalho sintetizou a realidade da agricultura familiar de Picada Café e a importância do PRONAF para a atividade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione (Org.). **A modernização da agricultura**. Porto Alegre: Ufrgs, 2010. 96 p. (Educação A Distância).

ASCAR, Emater/ Rs. **Relação de projetos elaborados por Agente Financeiro**. Picada Café: 2015.

BRIGNONI, Carolina. **O Perfil dos Agricultores que Acessam o PRONAF - Um Estudo de Caso no Município de Erval Seco - RS**. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/mestrado/PGDR_M_186_CAROLINA_BRIGNONI.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BUAINAIN; Antônio Márcio; GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar R.. Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CASSEL, Guilherme. **Crédito Rural Plano de Safra 2013-2014**. Caxias do Sul: Emater/ Rs/ Ascar, 2013.

CECCONELLO, Rene; CONTI, Irio Luiz; PIES, Marcelino (Org.). **Agricultura familiar: Caminhos e transições**. Passo Fundo: Ifibe, 2006. 245 p.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CESA, Emerson Ricardo; PISSOLI, Edinele. **Financiamentos agrícolas - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. 2012. Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI Curso Ciências Contábeis (CTB0068) – Prática do Módulo V. Disponível em: <<https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/ctb/article/viewFile/6/5>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CONTI, Bruno Martarello de; ROITMAN, Fábio Brener. **Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa**. 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

DEPPE, Gessy; SENGER, Ladi; WEDIG, Sandra Rejane. *Estudos Sociais: Município de Nova Petrópolis*. Nova Petrópolis, 1988. 62 p.

EMATER/RS/ASCAR, Esreg Caxias do Sul. **Crédito Rural: Plano Safra 2014/ 2015**. Caxias do Sul: 2014. 178 p.

FIALHO, Marco Antônio Verardi. Agricultura familiar e as rendas não-agrícolas na região metropolitana de Porto Alegre: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti - RS. 2000. 193 f. Dissertação (Mestre) - Curso de Economia Rural, Departamento de Ciências Econômicas, Ufrgs, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_economia_rural_publicadas.php?menu=4&cod=21>. Acesso em: 02 abril 2014.

FLORES, Hilda Agnes Hübner; FLORES, Moacyr. **Picada Café**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Picada Café/ Editora Nova Dimensão, 1996. 156 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1ª Porto Alegre: UFRGS, 2009. 114 p. (Série Educação a Distância).

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. **Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações**. 2014. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 no.2 Brasília Apr./June 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000200007>. Acesso em: 10 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 03 abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE) (Rio de Janeiro/RJ). **Relatório PRONAF Resultados da etapa Paraná**. 2006. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/pub_pronaf_final4.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

JAHN, Dilson et al. (Org.). **Caderno de Picada Café**: Informações do município para uso educacional. Picada Café. 2002.

KAGEYAMA, Angela A.. **Desenvolvimento rural**: Conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ufrgs, 2008. 229 p. (Estudos Rurais).

KLAUCK, Sinésio Geromir. **A história agrária de Picada Café/ RS**. 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54677/000855473.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **PRONAF - Condições do crédito rural - Plano de safra 2014/ 2015**. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Condições do Crédito 2014-2015.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Condições%20do%20Crédito%202014-2015.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

MULLER, Laudemir. **Comissão de Agricultura Senado Federal**. 2014. Disponível em: <<http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=b0d8de50-8112-43b6-ae88-ee3e4eeb5644;1.0>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

PACÍFICO, Daniela A. **História da modernização da agricultura: um conto de muitas facetas.** In: DAL SOGLIO, F. K.; KUBO, R. R. (Orgs.). Agricultura e Sustentabilidade. Porto Alegre. Ed. Da UFRGS, 2009. Cap. 2, p. 33 – 45.

PRASS, José Clóvis. **Centro administrativo de Picada Café.** 2009. 99 f. Trabalho Final de Graduação (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas, Feevale, Novo Hamburgo, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação.** 2009. Publicado em GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/396.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SCHNEIDER, Sergio. **As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas.** 2005. Revista Redes, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/384.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SILVEIRA, Fernando Gaiger. **Evolução Recente do Pronaf-Crédito – 1999 a 2013.** 2014. SOBER – 2014 Goiânia. Disponível em: <<http://itarget.com.br/newclients/sober.org.br/2014/52congresso/pdf/sessao2.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica.** 2006. Tese (Doutor) – Curso de Pós Graduação em Aqüicultura, Unesp, Campus de Jaboticabal, 2006. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_tecnologias/teses/TESESONIATINOCO.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2015.

WERLE, João Francisco. **O acesso da agricultura familiar ao PRONAF no município de Picada Café: os beneficiários e organizações envolvidas.** 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54667/000855406.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 maio 2015.

7 APÊNDICES

APÊNDICE A - LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF (PLANO SAFRA 2014/2015)

Nome	Características	Crédito/ Juros	Prazo/ Carência
PRONAF Custeio	Financia as atividades agropecuárias, o beneficiamento, industrialização e comercialização da produção dos agricultores familiares.	Até R\$ 10 mil ; Juros de 1,5% a.a. Acima de R\$ 10 mil até R\$ 30 mil; Juros de 3% a.a. Acima de R\$ 30 mil até R\$ 100 mil; Juros de 3,5% a.a.	Prazo de pagamento: 3 anos para Açafrão e Palmeira Real; 2 anos para culturas bianuais e aquicultura; 1 ano para as demais culturas e atividades pecuárias. Sem carência.
PRONAF Mais Alimentos	Destina-se a financiar a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura da propriedade rural e de serviços agropecuários e não agropecuários do estabelecimento.	Até R\$ 10 mil; Juros de 1% a.a. Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil ou até R\$ 300 mil para avicultura, suinocultura e fruticultura; Juros de 2% a.a.	Prazo de pagamento: 10 anos (15 anos para armazenagem). Até 3 anos de carência.
PRONAF Agroindústria	Linha de crédito destinada para financiar investimentos na infraestrutura, no beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária e não agropecuária da agroindústria.	Individual e empreendimentos familiares rurais até R\$ 10 mil; Cooperativas e associações até R\$ 1 milhão, respeitando o limite individual de até R\$ 10 mil por associado ativo; Juro de 1% a.a. Individual acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil.; Empreendimentos familiares rurais acima de R\$ 10 mil até R\$ 300 mil; Cooperativas e associações acima de R\$ 1 milhão até R\$ 35 milhões, observado o limite individual de até R\$ 45 mil por associado ativo; Juro de 2% a.a.	Prazo de pagamento: 10 anos (15 anos para armazenagem). Até 3 anos de carência.
	Financia projetos para investimentos em sistemas agroflorestais, exploração extrativista		SAF Prazo de pagamento: 20 anos

PRONAF Floresta	ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.	Até R\$ 35 mil, juro de 1% a.a.	Carência: Até 12 anos Demais Prazo de pagamento: 12 anos Carência: Até 8 anos.
PRONAF Mulher	Linha de financiamento para a mulher agricultora integrada à unidade de produção agrícola.	Até R\$ 10 mil – juros de 1% a.a. Acima de R\$ 10 mil até R\$150 mil – juros de 2% a.a.	Prazo de pagamento: 10 anos Carência: 3 anos.
PRONAF Jovem	Financia investimentos de jovens agricultores da propriedade rural familiar.	Até R\$ 15 mil, juro de 1% a.a. com até 3 operações por mutuário.	Prazo de pagamento: 10 anos. Carência: Até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico
PRONAF Custeio e Comercialização da Agroindústria Familiar	Crédito destinado a financiamentos dos agricultores, cooperativas e associações financiareem o custeio e industrialização de sua produção.	Individual até R\$ 12 mil; Empreendimentos familiares rurais até R\$ 210 mil; Associações até R\$ 4 milhões; Cooperativas singulares até R\$ 10 milhões; Cooperativas centrais até R\$ 30 milhões; Juros de 4% a.a.	Prazo de pagamento: 12 meses. Sem carência.
PRONAF Cota-Partes	Financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.	Individual até R\$ 20 mil; Cooperativa até R\$ 20 milhões; Juros de 4% a.a.	Prazo de pagamento: 6 anos para investimento fixo; 3 anos nos demais casos Carência: A ser definido no projeto
PRONAF Agroecologia	Financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos.	Até R\$ 150 mil; Juros de 1% a.a.	Prazo de pagamento de até 10 anos. Carência de até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico.
PRONAF Eco Sustentabilidade Ambiental	Financia investimentos em técnicas que diminuam o impacto da atividade rural ao meio ambiente.		

	Conservação, correção, recuperação de solos.	Individual: R\$ 10 mil: 1% a.a. Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil: 2% a.a.	Prazo de pagamento: 5 anos Carência: Até 2 anos
	Dendê	1 % a.a. até R\$ 10 mil. 2% a.a acima de R\$ 10 mil e até R\$ 80 mil.	Prazo de pagamento : 14 anos Carência: Até 6 anos
	Seringueira	1 % a.a. até R\$ 10 mil. 2% a.a acima de R\$ 10 mil e até R\$ 80 mil.	Prazo de pagamento : 20 anos Carência: Até 8 anos
	Mini usinas de biocombustíveis	Individual: R\$ 10 mil: 1% a.a. Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil: 2% a.a.	Prazo de pagamento : 12 anos Carência: Até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico.
	Geração de energia, Tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, hidroenergia	Individual: R\$ 10 mil: 1% a.a. Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil: 2% a.a.	Prazo de pagamento: 10 anos. Carência: Até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico.
	Silvicultura	Individual: R\$ 10 mil: 1% a.a. Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil: 2% a.a.	Prazo de pagamento: 16 anos com FCF 12 anos demais Carência: Até 8 anos
PRONAF Semiárido	Destinado para investimento em infraestrutura hídrica (50% do valor) e demais infra-estruturas de produção agropecuária.	R\$ 18 mil (Até duas operações): 1% a.a.	Prazo de pagamento de até 10 anos. Carência de até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico.
PRONAF "B"	Investimento para atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores (as) familiares com renda bruta anual de até R\$ 20 mil.	R\$ 2,5 mil por operação (até R\$ 4 mil, quando utilizar a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado-PNMPO): 0,5% a.a.	Prazo de pagamento de 2 anos. Sem carência.
PRONAF "A"	Estruturação dos lotes dos produtores (as) beneficiários (as) do PNRA e do PNCF.	R\$ 20 mil (em no mínimo 3 operações, de valor máximo de R\$ 7,5 mil por operação). ATER - R\$ 1,5 mil Juros: 0,5% a.a.	Prazo de pagamento de até 10 anos. Carência de até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico.
PRONAF Grupo "A"	Recuperação da estrutura produtiva dos		Prazo de pagamento

Complementar	lotes dos produtores (as) beneficiários (as) do PNRA e do PNCF que contrataram até 01/08/2002 e/ou beneficiários do Programa de Recuperação de Assentamentos – PRA do INCRA.	R\$ 6 mil: 1% a.a.	de até 10 anos e carência de até 3 anos.
PRONAF “A/C”	Custeio de atividades agropecuárias dos produtores (as) egressos (as) do Grupo “A”, do PROCERA ou do “A Complementar”.	R\$ 5 mil (até 3 operações): 1,5% a.a.	Prazo de pagamento: 2 anos. Sem carência.
Normas Transitórias MCR 10-18	Custeio de atividades no semiárido para agricultores (as) familiares cujo empreendimento esteja localizado no semiárido – área da Sudene com decretação de calamidade ou emergência (MCR 10-18.9 e 10, e condições gerais do MCR 10).	Até R\$10 mil: 1% a.a. R\$10 mil até R\$30 mil: 2% a.a. R\$30mil ate R\$100 mil: 3% a.a.	Conforme MCR 10-4
Normas Transitórias MCR 10-18	Investimento de atividades no semiárido para agricultores (as) familiares cujo empreendimento esteja localizado no semiárido – área da Sudene com decretação de calamidade ou emergência (MCR 10-18.9 e 10, e condições gerais do MCR 10).	Até R\$30 mil: 1% a.a. R\$30 mil até R\$60 mil: 1,5% a.a.	Prazo de pagamento: 10 anos (15 anos para armazenagem) Carência: até 3 anos.
PRONAF Produtivo Orientado MCR 10-20	Investimento através do crédito rural educativo (crédito conjugado a prestação de assistência técnica) para: Inovação tecnológica, sistemas agroflorestais, convivência com o bioma, sistema de base agroecológica ou orgânicos para agricultores (as)	Mínimo R\$ 18 mil e máximo R\$ 40 mil, por operação, por ano agrícola. Juro: 1% a.a	Prazo de pagamento: Até 10 anos. Carência: Até 3 anos.

	familiares e suas formas associativas cujo empreendimento esteja localizado nas regiões de atuação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO).		
--	---	--	--

Fonte: MDA, 2015.

APÊNDICE B – ROTEIROS DE PERGUNTAS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A. Equipe técnica do escritório municipal da EMATER/ RS – Ascar de Picada Café.

- Nome do entrevistado:
- Função na empresa:
- Qual e como é seu contato com os agricultores familiares de Picada Café?
- Como funciona o acesso dos agricultores familiares ao PRONAF? Você os influencia ao acesso?
- O acesso ao PRONAF ocorre de forma consciente pelos agricultores familiares?
- Quais as principais atividades agrícolas financiadas pelo PRONAF em Picada Café?
- Quais as suas perspectivas para a agricultura familiar em Picada Café?

B. Agricultores familiares de Picada Café.

- Nome do entrevistado:
- Idade:
- Naturalidade:
- Localidade de residência:
- Quais atividades você desempenha no setor primário?
- Quantas pessoas trabalham na Unidade de Produção Agrícola?
- Quais são seus conhecimentos sobre o PRONAF e como ficou sabendo da política pública?
- Você já se beneficiou de algum recurso financeiro disponibilizado pelo PRONAF? Sua adesão foi por iniciativa própria ou por algum incentivador?
- Para qual finalidade você destinou os recursos do PRONAF e como ocorreu a liberação dos recursos?
- Após a obtenção dos recursos, ocorreu alguma fiscalização para verificar sua aplicabilidade?
- Atualmente, como você vê a agricultura familiar de Picada Café e quais são suas perspectivas futuras para o setor no local?